

“Juro alto engorda dívida interna em até US\$ 10 bi”

16 NOV 1989 JORNAL DE BRASÍLIA

Pública

Ailton C. Freitas 28.06.89

A política de juros altos executada pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, vai deixar como herança para o próximo governo um custo adicional no serviço da dívida pública interna equivalente a 3% do PIB (Produto Interno Bruto), cerca de US\$ 10 bilhões, segundo denunciou o deputado César Maia (PDT-RJ), relator do texto final da Comissão de Orçamento, em entrevista exclusiva concedida ao **Jornal de Brasília**.

Apesar disso, contudo, César Maia acha que o fato de o atual governo ter encaminhado à apreciação do Congresso uma proposta orçamentária de extrema rigidez, acabará

ajudando o futuro presidente da República, que terá mais facilidades para dizer “não” às pressões por maiores gastos.

O próximo Presidente, seja ele quem for Lula, do PT, ou Fernando Collor, do PRN —, sem dúvida nenhuma, segundo César Maia, vai questionar a herança recebida em termos de custo adicional à dívida pública interna, cujos serviços (juros mais amortizações) saltam de 4 para 7% do PIB, no período de agosto até março do próximo ano.

César Maia acha que o orçamento fiscal de 1990, por ser austero e “magro”, vai facilitar as coisas para o próximo governo. Ele destaca que o sis-



Maia: Orçamento rígido ajuda novo governo

tema de indexação orçamentária proposto pelo governo representa um avanço considerável. Em segundo lugar, através da introdução de um redutor de correção monetária dos valores orçamentários em 90, o atual governo conce-

de à próxima administração certa flexibilidade para rever as prioridades definidas no orçamento.

O deputado pedetista não vê problemas na saída encontrada pelo relator geral da Comissão Mista de orçamento do Congres-

so, Eraldo Tinoco, que decidiu acatar dos Parlamentares uma demanda adicional por recursos equivalente a US\$ 1 bilhão, utilizando-se exatamente da margem deixada pelo redutor de correção monetária, que vai gerar uma espécie de “excesso de arrecadação” com relação às despesas programadas. Ele disse que a medida significou uma saída política engenhosa.

Dívida

César Maia reconhece que a destinação de 64,5% dos recursos orçamentários para 1990 para a rolagem do serviço da dívida pública interna está causando uma reação negativa junto aos parlamentares.